

## Valores dos ADULTOS para CRIANÇAS

Maria Margarida Morgado

“Não se pode impedir uma criança de ler um livro de terror em banda desenhada, ou um homem de ler um jornal aos quadradinhos, ordenando-lho (a não ser que se pretenda recorrer à indignidade da força física para o coagir) ou argumentando que o que lê não presta. Só se lhe pode dar a oportunidade de aprender aquilo que tem sido geral e comumente aprendido sobre a leitura, e assegurar que ele/a tenha acesso a tudo quanto existe para ler. Ao fim e ao cabo, acertadamente, a escolha será, em qualquer dos casos, dele/a. A preocupação de um indivíduo com o valor — com critérios, como se diz — encontra expressão apropriada no esforço de constituição de uma comunidade de experiência sobre a qual se possam apoiar estes critérios de valor”, escreve o professor e analista cultural galês Raymond Williams, em *Culture and Society 1780-1950*, em 1958, (página 306, tradução minha).

A dificuldade que sentimos hoje quando falamos em transmitir valores às crianças por intermédio da leitura ou quando nos queixamos de que os jovens de hoje se não orientam por valores, mas pelo hedonismo, o individualismo ou o consumismo, encontra solução se atentarmos nas palavras que citei de Raymond Williams. A preocupação com os valores não pode ditar atitudes de imposição e assentar numa estrutura de autoridade do adulto sobre a criança, mas deve antes ser encarada como necessidade de constituição de uma área, nomeadamente de projectos de leitura, onde adultos e crianças possam partilhar e apropriar-se mutuamente daqueles valores que consideram importantes.

Ora, a ficção para crianças constitui um campo complexo, onde se jogam processos micro- e macrossociais, subjectivos e objectivos, relações estruturais e históricas de poder, que afectam a experiência dos indivíduos. Nela se define o que é uma criança, como fazer sentido dela e como a transformar em objecto de estudo, mas sempre inevitavelmente do ponto de vista do adulto. Em torno da ficção para crianças organizam-se discursos específicos que orientam e produzem o conhecimento sobre a criança e as relações do adulto com ela. E é também a propósito da ficção infantil que se estabelecem relações entre práticas, formações e instituições culturais dominantes, residuais e emergentes; entre os meios de produção e as suas relações sociais. A literatura infantil resulta, assim, num

sistema de significação pelo qual se comunica, se reproduz, se experimenta e se explora uma ordem social essencialmente adulta que, paradoxalmente, se pretende dirigida às crianças, mas o é muito mais às preocupações e desejos do adulto. Impõe valores às crianças mais do que procura partilhar as experiências infantis. Senão vejamos alguns pontos básicos da constituição da literatura infantil como sub-área da literatura:

A literatura para crianças organiza formas sociais específicas, nomeadamente a especialização de receptores, para além de restringir géneros e temas e de excluir mais do que inclui, ignorando que faz parte de um complexo terreno onde se jogam sentidos de criança uns contra os outros. Ao ser proclamada como literatura, a ficção para crianças constitui processos sociais de distinção de formas estéticas de outras, pretende separar o bom do mau, e, nomeadamente, marginaliza uma cultura oral, que não carece de preparação prévia, de uma cultura escrita apoiada em aparelhos institucionais como a escola.

Mas os textos destinados à leitura de crianças são muito mais do que isto: são uma prática cultural complexamente organizada em textos 'literários', aclamados por críticos adultos, e ficção para crianças, inclusiva de textos ilustrados, de materiais pedagógicos, de livros-brinquedo, de objectos produzidos pelas novas tecnologias de comunicação e informação, bem como material sensacionalista, 'popular'. Sendo ou não literatura, o que está em jogo é um negócio de produção de livros para crianças (e para adultos) no contexto de toda uma indústria de cultura, em acelerada globalização e trans-nacionalização e combinação de média, livro, filme, televisão, publicação e comercialização de objectos, música/discografia, vídeo, jogos de computador.

De facto, a 'descoberta' da criança encontra-se profundamente associada a questões de educação e estas, por sua vez, ao debate que constitui e define a cultura, cultura popular e cultura elevada, cultura como ideal de *um* conhecimento (geralmente livresco) que deve ser transmitido de alto para baixo à criança e cultura num sentido antropológico, 'um modo de vida' que não ignora nem despreza formas populares de representação e de consumo na sociedade. A justaposição das funções da ficção infantil, seja a de divertir e/ou de ensinar, ou de opor fantasia ao realismo de conteúdos, em meados do século XIX, mais não é do que expressão de reacção e defesa de teorias utilitaristas, de uma estrutura de sensibilidade que via a civilização e a cultura ameaçadas pela ética comercial e o poder do dinheiro proveniente da crescente industrialização. Muitos dos debates contemporâneos que envolvem a criança — a criança e a televisão, a criança e a violência social, a criança e a sexualidade — constituem expressão de ansiedades culturais dos adultos.

As dificuldades de leitura bem como as cada vez menores aptidão e gosto das crianças por ler que conduzem ao debate sobre quais as ficções a dar-lhes a ler, responde a uma série de mudanças ocorridas, a partir dos anos 70, descritas concisamente como o período em que gradualmente se vai dismantelando o projecto nivelador e homogeneizador da 'criança' pela concorrência das narrativas escritas ficcionais com formas visuais, o teatro, o cinema, a televisão, o vídeo. O colapso de uma cultura idealmente homogénea que a literatura infantil (particularmente sob a forma de '*readers*' nas escolas) serve, enquanto niveladora das crianças de diversas classes sociais, é simultâneo a uma série de outros fenómenos culturais interligados, a presença de uma pluralidade e diversidade enormes de diferentes tipos de texto; tendências do mercado para homogeneizar grupos de leitores e tornar previsíveis os seus gostos; um dramático crescimento da importância da publicidade e da promoção na venda de livros; a permeabilidade dos mercados britânico e americano; e a teorização da instabilidade da literatura como projecto a-histórico e estético. As reacções dos adultos a estas mudanças têm sido diversas, começando na teorização do desaparecimento da criança e terminando na construção da literatura infantil como lugar do literário (e de uma educação estético-literária da criança).

Na literatura infantil, ou nos livros que damos a ler às crianças, assistimos, por conseguinte, a assimetrias constantemente negociadas entre uma cultura 'elevada' e as pressões do mercado, entre a noção de uma cultura liberal e humanista e a orientação para o lucro do mercado, entre as instituições de produção cultural e as de reprodução social e cultural mais geral.

Mas assistimos também ao diálogo de adultos (homens e mulheres) com crianças (rapazes e raparigas) em que os primeiros adoptam papéis de autoridade, de formadores, de conselheiros e eventualmente de cúmplices, e os segundos de receptores ou companheiros. Na literatura em geral, incluindo a 'infantil' é o adulto que escreve e critica, que é titular do discurso, que dele recebe o seu prestígio e que tem o direito de o proferir.

A literatura infantil ocupa-se, desde que surge, de uma indústria da criança, embora esta seja entendida como comércio de livros a ela destinados, a serem comprados pelos pais e educadores e consumidos (lidos) pelas crianças, numa estratégia de combinação de prazer, entretenimento e dever (a aprendizagem da escrita e da moral). A literatura infantil assume, desde então, uma relação de domínio do adulto e de subordinação da criança, o valor da palavra escrita sobre a cultura oral, a centralização, ou visibilidade, de uma criança (essencialmente das classes médias) como elementos constitutivos de um sistema central de

práticas, de sentidos, de valores dominantes, arvorando-se em extensão de um determinado tipo de cultura, de certos valores e ideais educativos.

Os textos de ficção infantil ou que os adultos oferecem à leitura de crianças são produzidos por adultos para (e sobre) crianças, no sentido de lhes oferecerem práticas de significação pelas quais se espera que as crianças identifiquem, nomeiem e enunciem as suas próprias experiências.

Contudo, os sentidos dominantes (dos adultos) nunca são simplesmente dominantes, no sentido de algo que é imposto às pessoas ou em que elas são treinadas, ou de uma ideologia que lhes é imposta por uma classe dominante (e da qual se poderiam eventualmente libertar). Eles são essencialmente hegemónicos, isto é sentidos aceites quase sempre sem consciência de que o fazemos e vividos, enraizados nas práticas e experiências de vida. Raymond Williams (1980, 37-45) define hegemonia como a presença dinâmica de hábitos, de pressuposições e de ideias sociais, políticas e culturais, vividas em profundidade, uma presença que aloja variações e contradições, processos de mudança e alternativos, desde que reinterpretados ou diluídos, de modo a não contradizerem os elementos de uma formação dominante. Se as crianças vivem as suas experiências no contexto de discursos circulados e mantidos por adultos, a elas cabe-lhes também a função de assimilar, mas também de rejeitar os valores que lhes são transmitidos. Encontrando-se numa fase das suas vidas em que se integram hábitos, pressuposições e ideias que podem ser contraditórios entre si, como o são os da literatura infantil e os da televisão ou dos jogos de vídeo, por exemplo, é importante que consideremos a hipótese de que a leitura de crianças pode opor-se ou ser alternativa aos valores dominantes dos adultos que recomendam livros para elas.

Em síntese, a literatura infantil — a criação de um espaço específico de textos para crianças, rodeada de práticas de crítica (de interpretação dos textos, de comentário das implicações sociais e políticas destes, de definição do que neles existe de moral, ética ou esteticamente próprio para crianças) — constroi-se como uma esfera de actuação social, política, de articulação de relações de poder entre adultos e crianças. Tal como Lesnik-Oberstein (1994; 1998) nota, construi-se essencialmente uma miragem de criança nos espaços institucionais e discursivos da crítica de literatura infantil. Aliás, é nela que se assiste à definição de qual a relação entre literatura e criança. Ela é o lugar da constituição do 'literário' e do 'infantil', oferecidos como um conjunto específico e intrínseco de tendências em textos e da criança como o leitor diferente do adulto; ela vale como um espaço de contestação dos valores da crítica adulta e da literariedade de textos. No espaço

da literatura infantil localiza-se a disciplina e o policiamento de um mercado cada vez mais lato (nas formas e nas quantidades) de produtos para consumo das crianças e para o seu lazer. Leia-se também nela o lugar de utilização de textos literários na formação e/ou educação de crianças enquanto tecnologia normalizadora, alfabetizadora, humanista, que selecciona certos textos como disciplinadores do carácter, expansores do intelecto e das capacidades de empatia, de formação política, estética ou ética. Nela se debate sobre o valor que certos aparelhos ideológicos, como a família, a educação ou a religião, colocam institucional e discursivamente em certos textos 'literários' e condições históricas específicas que, em cada momento particular, tornam evidentes os modos de reacção negativa das crianças a eles, a sua 'fuga' para 'outros' textos — populares, sensacionalistas, mediáticos, informáticos, de entretenimento, 'para adultos'.

Obras referidas:

Lesnik-Oberstein, Karín 1994. *Children's Literature. Criticism and the Fictional Child*.

Oxford: Oxford University Press.

———, ed. 1998a. *Children in Culture. Approaches to Childhood*. London: Macmillan.

Williams, Raymond. 1961. *Culture and Society 1780-1950*. First published 1958.

Harmondsworth: Penguin Books Ltd.

———. 1977. *Marxism and Literature*. Oxford: Oxford University Press.